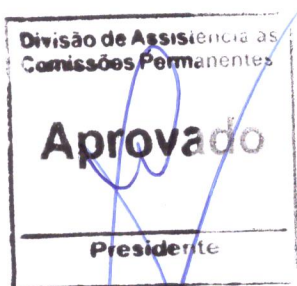




ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
“Casa de Eptácio Pessoa”



ATA



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A FALTA DE ATENDIMENTO PARA CRIANÇAS AUTISTAS POR PARTE DOS PLANOS DE SAÚDE, DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2024.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e quatro, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, realizou-se a Audiência Pública, da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, sob a Presidência da deputada Cida Ramos, ocorreu audiência pública para discutir a falta de atendimento para crianças autistas por parte dos planos de saúde. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" a Senhora Presidente declarou aberta a sessão, e convidou para compor a mesa: deputado Tovar Correia, Sra. Iara Lucena, diretora do CREFITO, Dra. Gilmar Maciel, representante do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Dr. Marcos Freitas, Defensora Pública, Sr. Nildedal Chianca, Comitê Estadual da Saúde, Sra. Alice Cristina, Assessora Técnica da FUNAD, Dra. Juliana Benevides, Procuradora Jurídica do PROCON Estadual, Sra. Geovana Pereira, Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB - PB, Sr. Rogger Guerra, Secretário do PROCON municipal, Sra. Kaline Souza, Sra. Ana clara, Sra. Alice Souto, Sra. Luciana Brito. Em seguida foi feito um minuto de silêncio em respeito às vítimas do COVID-19. Dando continuidade foi lido o



expediente em mesa. Ato contínuo foram registradas as seguintes presenças: Sra. Helena Cavalcante, Sr. Sérgio Roberto, Sra. Ana Luíza Ferreira, Sr. Paulo da Luz, Sra. Emili Karla, Sr. Pedro Severino, Sra. Adriane Freire, Sr. Admilson Anselmo, Sr. Jaimar, Sr. Juliana Raquel, Sr. Taciane Araujo, Sra. Rayssa Helena, Sra. Viviane Gomes, Sr. Caio Cesar, Sra. Raquel Azevedo, Sra. Cintia Azevedo, Sra. Claudia Gonzaga. O Sr. Paulo da Luz, realizou os cumprimentos de praxe e realizou uma exposição sobre a falta de políticas públicas para os autistas e sobre a falta de assistência dos planos de saúde no país todo, afirmou que os planos de saúde não estão mais respeitando as decisões judiciais. Em seguida a Sra. Alice Santos, afirmou que mesmo com as diversas sessões que já ocorreram, parecer que não há nenhuma evolução, citou exemplos de pais que não conseguem se quer pensar na sua morte, porque os seus filhos autistas ficariam desamparados, disse eu espera que num futuro próximo possa se reunir para comemorar as conquistas. O Sr. Sérgio Roberto, falou sobre o acolhimento do PROCON João pessoa, salientou que apesar do plano de saúde Unimed ser conhecido como um dos melhores norte e nordeste está emitindo constantes negativas para paciente com TEA, falou sobre a necessidade das terapias para esses pacientes. A Sra. Helena Cavalcante, relatou sua experiência enquanto mãe de uma criança autista que tem uma limitação que não está sendo respeitada pelo plano de saúde, falou sobre os prejuízos da falta de terapia e a perda de janelas de oportunidade, afirmou que teve duas negativas de matrículas em escolas em João Pessoa. Logo após a Sra. Geovana Pereira, saudou a todos os presentes, esclareceu uma movimentação nacional em relação aos planos de saúde e a alegação de que os planos estavam sofrendo um grande impacto financeiro e que foi feito um estudo que mostrou que não há nenhum impacto financeiro para esses planos, registrou que a OAB enquanto instituição têm uma comissão específica em prol dos autistas, pediu reflexão e que momentos como esse acabem. Em seguida, a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Marcos Freitas Pereira, Defensoria Pública, onde em tribuna, saudou a todos, lamentou a falta do devido suporte por parte dos planos de saúde, explicou que os autistas precisam de todo o acompanhamento médico para o seu desenvolvimento, se solidarizou com as famílias que sofrem com a luta para garantir seus direitos, explanou que os planos de saúde estão burocratizando os

procedimentos necessários para o tratamento das crianças com autismo, objetivando não custear as devidas consultas rotineiras, mencionou que o ministério público está acompanhando de perto toda esta problemática. Logo após, a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Rougger Guerra, Secretário do PROCON Municipal, onde em tribuna, saudou a todos, demonstrou solidariedade com os pais que lutam com seus filhos autistas, explicou que os autistas possuem seus direitos, os quais devem ser respeitados e acompanhados pelo poder público, citou o baixo índice dos pais de crianças autistas que procuram seus direitos na justiça quando não são respeitados, lamentou a falta de estrutura na saúde pública com relação ao tema, exemplificou que muitas famílias precisam se deslocar por grandes distâncias em busca do tratamento adequado. Dando seguimento, a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Gilmara Aparecida Maciel, Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, onde em tribuna, saudou a todos, comentou a respeito da sobrecarga nos atendimentos do seu trabalho, justificou que a demanda na procura se torna devido à negativa dos planos de saúde em cobrirem as despesas com o tratamento das crianças autistas, explicou que isto não pode acontecer, se solidarizou com a luta dos pais, reforçou a importância do tema e parabenizou a iniciativa da sessão. Na sequência, a Sra. Presidente passou a palavra para o Deputado Tovar, onde em tribuna, saudou a todos, elogiou o debate em sessão, exaltou a relevância do tema, teceu elogios para a atuação da Deputada Cida Ramos com o tema, demonstrou solidariedade com as famílias que acompanham as crianças autistas, explicou que os autistas possuem seus direitos, os quais mencionou que precisam ser respeitados, defendeu a fragilidade das pessoas que possuem doenças raras, pediu atenção do poder público para estas pessoas, justificou que a luta precisa focar nos mais necessitados. Em seguida, a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Iara Lucena, Diretora do CREFITO, onde em tribuna, saudou a todos, defendeu a qualidade no atendimento e acompanhamento profissional com os autistas, pediu a garantia do melhor profissionalismo e fiscalização, objetivando garantir o direito à assistência plena dos planos de saúde, reforçou a importância do tema, se solidarizou com a luta dos pais, explanou que a família acaba sofrendo em busca do tratamento de qualidade para as crianças com autismo. Logo após, a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Ana Luisa Ferreira, representando a rede



Unimed, comentou sobre o funcionamento da instituição que representa, citou a estrutura física do hospital em acolher os pacientes, explicou como funcionam os atendimentos e o trabalho dos profissionais relacionados ao tema, mencionou que a instituição busca parcerias com clínicas para expandir os atendimentos e garantir a qualidade no tratamento dos autistas, porém, justificou que existem trâmites burocráticos relacionados a contratos e pagamentos neste sentido, com isso, acaba prejudicando o atendimento da demanda, a qual falou que cresce diariamente, se solidarizou com as famílias que acompanham os autistas e parabenizou a iniciativa da sessão. A senhora Giovanna Pereira, membro da OAB, expressou preocupações sobre o descredenciamento em massa de clínicas e levantou a questão da corretagem de planos de saúde por escritórios de advocacia. Destacou casos de famílias de autistas sendo vítimas de fraudes por corretores, resultando em tratamentos interrompidos. Questionou se a Unimed realiza fiscalizações adequadas sobre esses corretores, considerando o número crescente de casos envolvendo a empresa. Compartilhou sua própria experiência como vítima de fraude e destacou a necessidade de ações para resolver esses problemas sistêmicos. A senhora Ana Luiza Ferreira, representante da Rede UNIMED, expressou desconhecimento sobre o problema mencionado. Afirmou que, até onde acompanha, o escritório de corretores da UNIMED é interno e não possui plataformas de venda externa. Reconheceu a importância de investigar a questão levantada e se comprometeu a levantar informações adicionais sobre o assunto. A senhora Ingrid, fonoaudióloga representante da Clínica Estima, expressou sua preocupação com as recentes mudanças no sistema de auditoria da UNIMED. Destacou sua dedicação ao tratamento de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e compartilhou sua experiência de trabalho na clínica ao longo de cinco anos. Enfatizou a importância do vínculo terapêutico e da individualidade no tratamento de cada criança. Expressou sua frustração com as exigências burocráticas da auditoria, que estão afetando negativamente a saúde psicológica dos profissionais e a qualidade do atendimento. Ressaltou a necessidade de transparência e objetividade no processo de auditoria e enfatizou a importância de preservar o vínculo entre terapeutas e pacientes. Concluiu sua fala destacando a importância de resolver essa situação para garantir o bem-estar das crianças atendidas. A senhora Ana Luiza Ferreira,

representante da Rede UNIMED, abordou a questão da auditoria iniciada em agosto de dois mil e vinte e três, destacando que o processo foi orientativo no início. Mencionou dificuldades encontradas durante o processo de auditoria na Clínica Estima, incluindo a falta de organização dos prontuários. Ana Luiza mencionou e-mails e atas de reunião que documentaram a comunicação sobre a auditoria com a Estima. Detalhou o processo de retenção de pagamento durante a auditoria e os valores pagos à clínica em meses anteriores. Enfatizou o investimento significativo da UNIMED na carteira de beneficiários e a qualidade do atendimento prestado. Esclareceu que a situação foi tratada com reuniões, atas e notificações, e que a UNIMED cumpriu os compromissos contratuais. A Deputada Cida Ramos, na qualidade de Presidente, interveio para enfatizar a importância de considerar não apenas os aspectos jurídicos, mas também as preocupações sociais envolvidas. Destacou a necessidade de buscar uma mediação que leve em conta o bem-estar das crianças atendidas pela UNIMED. A deputada ressaltou que, além das questões contratuais, é fundamental priorizar o aspecto humano da situação. Convidou representantes da UNIMED e da clínica envolvida para uma discussão que leve em consideração as necessidades das crianças e busque encontrar uma solução que atenda a todos os envolvidos. A senhora Ana Luiza Ferreira, representante da Rede UNIMED, afirmou que levará ao Conselho de Administração o pedido de reconsideração do descredenciamento. A Deputada Cida Ramos, como Presidente, apelou à sensibilidade e à diplomacia na abordagem do processo de transição entre a UNIMED e a clínica. Expressou sua disposição para colaborar na construção de um processo que priorize o bem-estar das famílias e das crianças afetadas. A deputada enfatizou a importância de considerar os aspectos humanos e a necessidade de uma abordagem colaborativa para resolver a situação. Destacou que, mesmo diante das complexidades contratuais e das tensões existentes, é essencial buscar soluções que atendam às necessidades das partes envolvidas. A Sra. Ana Luiza Ferreira, representando a Rede UNIMED, afirmou que levará a questão ao Conselho de Administração, juntamente com Luciana, ao comitê instituído. Enfatizou que a causa é uma prioridade para a UNIMED e ressaltou que não é uma situação fácil de lidar. Compartilhou que, neste momento, estão contratando um assistente social exclusivo para auxiliar na migração, disponibilizando carros e

unidades próprias, além de uma equipe dedicada para lidar com essa situação sensível. Enfatizou que o credenciamento não foi a intenção da UNIMED e expressou o desejo de que esse esclarecimento seja compreendido. A Presidenta enfatizou a importância de considerar os diferentes níveis de evolução das crianças autistas atendidas, destacando que algumas podem ter tido mais progresso do que outras. Ressaltou a necessidade de levar em conta essa diversidade de situações para garantir que todas as crianças sejam atendidas de forma adequada. A deputada expressou sua convicção de que o objetivo de todos é garantir o melhor para essas crianças. A advogada Luciana, representando a Rede UNIMED, agradeceu à Deputada Cida Ramos pela oportunidade de fala e reconheceu a sensibilidade do tema em discussão. Realizou um retrospecto sobre as ações da UNIMED João Pessoa relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando a criação do setor do Viver Bem para essa finalidade durante a gestão do Dr. Gualter Ramalho. Ressaltou que a UNIMED se adaptou gradualmente à crescente demanda por serviços relacionados ao TEA e que o investimento na rede própria foi um plano gestado desde então. Enfatizou que a UNIMED não desconsidera a importância das famílias e das crianças autistas, e que o Viver Bem está disponível para oferecer suporte a essas famílias. Abordou a dificuldade na negociação com a clínica ESTIMA, que buscou o credenciamento devido a questões relacionadas às auditorias. No entanto, ressaltou que a discussão vai além da ESTIMA, pois existem outras clínicas que atendem e estão em conformidade com as auditorias. Reconheceu o valor da causa, mas destacou que a situação da ESTIMA não representa toda a realidade da rede UNIMED. A Presidenta expressou sua compreensão de que a UNIMED tem uma relação de longa data com a ESTIMA e que há crianças que frequentam essa clínica há anos, como mencionado nos depoimentos apresentados. Ressaltou a importância de fazer uma transição que vá além dos conflitos jurídicos contratuais entre a UNIMED e a ESTIMA, destacando a necessidade de considerar um interesse maior e um valor que transcende qualquer relação contratual. A advogada da Rede UNIMED, Luciana, destacou a responsabilidade social da operadora, mencionando a recente entrega da nova Escola Técnica Raul Córdula, em parceria com a UNIMED, visando a inserção de crianças e adolescentes no ensino técnico. Ressaltou o esforço da UNIMED na busca pelo bem-estar da comunidade,

reconhecendo também a importância do engajamento do Estado em sua missão pública de garantir os direitos previstos na Constituição Federal. Expressou gratidão pela oportunidade de participar da discussão e agradeceu à Deputada Cida Ramos e a todos os presentes pela atenção. A Presidenta solicitou o compromisso de Ana e Luciana em levar a proposta alternativa para encontrar uma solução para a situação em questão. Expressou seu plano de procurar o Ministério Público Estadual, o PROCON e até mesmo o Tribunal de Justiça para buscar mediação conjunta e facilitar a transição necessária. Enfatizou a importância de levar essa proposta ao Conselho e expressou confiança na colaboração de todos os envolvidos para resolver o impasse de forma eficaz. Realizou um apelo de sensibilidade, destacando o compromisso da Assembleia Legislativa com os direitos das pessoas com deficiência. Mencionou um termo técnico de cooperação que envolve várias entidades e órgãos, incluindo a Defensoria Pública, a OAB, o Conselho, o Fórum, universidades, o Ministério Público e o governo do estado, todos comprometidos com a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Expressou a vontade de intermediar o processo e solicitou o compromisso de abertura de portas para essa mediação. A senhora Luciana, representando a Rede UNIMED, informou que a questão já foi levada ao Ministério Público e está judicializada pela ESTIMA. Destacou que a Unimed tem mantido contato quase diário com o Ministério Público, por meio do doutor Glauberto Bezerra. Enfatizou que o Ministério Público está ciente da situação e que estão buscando a melhor solução para o problema, reiterando o compromisso público nesse sentido. A Presidenta expressou sua intenção de cobrar a presença e a efetivação do Ministério Público em situações de conflito, como o discutido na audiência. Mencionou que amanhã estará na porta, juntamente com o Ministério Público e o PROCON estadual, e solicitou que o Dr. Glauberto, representante do Ministério Público, encontre tempo para participar dessa conversa, pois eles vão atuar em conjunto nesse assunto. A deputada enfatizou a importância de todas as partes envolvidas, incluindo os órgãos públicos, estarem presentes e atuarem para resolver esses conflitos. A senhora Ana Luiza Ferreira, representando a Rede UNIMED, reiterou o compromisso de levar a proposta discutida na audiência para o Conselho de Administração da UNIMED. Mencionou que antes de comparecer à audiência, estava

visitando uma clínica com um membro do Conselho. Ana Luiza aproveitou para pedir aos pais que visitem as clínicas, conheçam-nas e considerem a possibilidade de migrar, seja agora ou futuramente, expressando a esperança de que um acordo seja alcançado. A senhora Ana Clara, representando a Clínica Estima, esclareceu que muitas clínicas já passaram por um movimento de não pagamento e descredenciamento, mas agora estão sendo referenciadas novamente. Destacou que está ali como representante dos terapeutas multiprofissionais envolvidos na causa e que o movimento de paralisação foi legítimo e idealizado pelos profissionais. Mencionou que não houve uma reunião entre pais e terapeutas durante o protesto, e os terapeutas não foram convidados a participar. Expressou que a situação das glosas foi o ponto de partida para os problemas, e questionou se os atendimentos sempre foram devidamente comprovados. A senhora Luciana, representando a Rede UNIMED, expressou que é importante restringir a discussão ao conhecimento e às informações que podem ser divulgadas, evitando mais desgaste comercial. Sugeriu que as discussões sobre auditoria e números devem ser tratadas no âmbito do Ministério Público, do Procon e dos processos judiciais. Destacou que a intenção da audiência pública já foi alcançada ao revelar a situação, ouvir as partes envolvidas e permitir o contraditório. Argumentou que discutir detalhes sobre auditoria e razões de glosa pode extrapolar o escopo da questão tratada na audiência. A senhora Ana Clara, representante da Clínica Estima, expressou preocupação com a falta de clareza em relação aos critérios ou à sua ausência, o que gera pressão sobre o trabalho da clínica. Destacou a incerteza sobre o futuro imediato, pois as coisas mudam constantemente, e eles não têm certeza do que acontecerá nas próximas horas. Questionou se a comprovação dos atendimentos sempre ocorreu quando solicitada pela UNIMED. A senhora Luciana, representante da Rede UNIMED, explicou que a auditoria sempre foi uma prática existente, embora com diferentes níveis de rigor ao longo do tempo, devido a mudanças de gestão, novas técnicas e preocupações emergentes, como questões relacionadas a fraudes, embora ela tenha enfatizado que não era o caso atualmente. Mencionou que a ANS exige que as operadoras de saúde prestem contas, o que implica em auditorias regulares. Enfatizou que a intenção da UNIMED é adaptar seus protocolos e procedimentos para uma fiscalização mais efetiva, sem causar qualquer terror psicológico, pois não é essa a intenção da operadora. A

senhora Ana Clara, representante da Clínica Estima, destacou o impacto significativo que a situação está causando não apenas para a empresa e os pais, mas também para os terapeutas envolvidos no tratamento das crianças. Enfatizou que os terapeutas dedicam tempo para estudar os casos, desenvolver planos terapêuticos e estabelecer vínculos com as famílias, e que esse trabalho vai além de simplesmente brincar com as crianças, pois tem uma função terapêutica importante. Expressou sua angústia ao ver seu trabalho reduzido a um simples papel, que está sujeito a interpretações subjetivas por parte de pessoas não técnicas, o que não leva em consideração a complexidade e a dedicação envolvidas no atendimento terapêutico. Compartilhou uma reflexão pessoal sobre o valor do trabalho dos terapeutas, destacando que são eles que possibilitam a transformação na vida das crianças e suas famílias. Ressaltou a importância de reconhecer e respeitar o papel dos terapeutas, que são fundamentais para o progresso e a inclusão das crianças na sociedade. A Presidenta enfatizou que o debate em questão não é fácil, pois envolve diversos elementos, incluindo questões jurídicas, interesses das partes envolvidas (Unimed, clínica, pais, profissionais) e, principalmente, o bem-estar das crianças com deficiência e suas famílias. Reconheceu o trabalho bem-feito dos profissionais terapeutas, destacando que muitos pais desejam que o serviço continue devido à qualidade do trabalho realizado. A deputada ressaltou que a Assembleia Legislativa não pode obrigar a Unimed a tomar decisões específicas, mas pode intermediar os interesses das crianças e famílias com deficiência. Mencionou a iniciativa de formar um grupo composto por representantes da Defensoria, OAB, Procon e outros, para visitar as clínicas credenciadas, avaliar suas condições e garantir que atendam adequadamente às necessidades das crianças e suas famílias. Expressou a intenção de buscar mediação para facilitar o processo de transição e flexibilizar as exigências, levando em consideração as realidades individuais das famílias, como a questão dos horários de atendimento. Concluiu fazendo um apelo para que todos os envolvidos contribuam para encontrar uma solução satisfatória para o problema. O senhor Paulo da Luz, representando a Comissão de Estudos e Defesa dos Direitos dos Autistas, expressou sua preocupação com os desafios enfrentados pelas famílias de autistas, não apenas com relação à Unimed, mas também a outras operadoras de planos de saúde. Mencionou a

iniciativa da comissão em criar um formulário para coletar dados das famílias afetadas, visando embasar discussões e ações futuras. Destacou a disposição da comissão em colaborar com a deputada Cida Ramos e outras autoridades, fornecendo apoio técnico e prático, tanto no âmbito público quanto privado, em prol dos autistas e suas famílias. Expressou preocupação com a transição de clínicas e direcionamento de pacientes para estabelecimentos inadequados, ressaltando a importância de garantir o bem-estar e os direitos dos usuários dos planos de saúde. Por fim, reiterou o compromisso da comissão em ajudar e colaborar, enfatizando que o trabalho realizado não visa a captação de clientes, mas sim o apoio às famílias e a defesa dos direitos dos autistas. Encerrou sua fala agradecendo pela oportunidade e colocando-se à disposição para qualquer necessidade futura. A Presidenta agradeceu a participação de todos e encerrou a audiência com a certeza de que formarão uma rede colaborativa para encontrar alternativas aos desafios apresentados. Expressou sua disposição para trabalhar em conjunto, destacando que a luta é longa, mas representa a civilização humana e a humanidade de todos. Declarou encerrada a presente sessão. Lavrando a presente Ata, os redatores Karla Georgea Castro Silva e Paulo Fernando da Silva e Frederico Bezerra dos Santos, Assistentes Legislativos, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Sala das Comissões, Alagoa Grande-PB, 19 de março de 2024.

Deputado Hervázio Bezerra
Presidente

